

Reflexões sobre a educação especial

Reflections on school special

Reflexiones sobre la educación especial

Recebido: 20/05/2022 | Revisado: 06/06/2022 | Aceito: 07/06/2022 | Publicado: 11/06/2022

Antônia Lima Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8946-3738>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: antonialima@hotmail.com

Alderise Pereira Quixabeira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7465-2587>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: alderisep@hotmail.com

Bárbara Carvalho de Araújo

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5261-5611>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: babicaraujo@gmail.com

Lucas Coelho dos Santos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5710-8675>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: lcto77@gmail.com

Abraão Danziger de Matos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1329-9999>
Universidade Federal do ABC, Brasil
E-mail: estudantegc@gmail.com

Emanuella Silveira Vasconcelos

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1730-672X>
Universidade Federal de Roraima, Brasil
E-mail: emanuellasvasconcelos@gmail.com

Fabio Jose Antonio da Silva

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5881-6438>
Universidade Pitágoras Unopar Anhanguera, Brasil
E-mail: fjas81@hotmail.com

Maurício Aires Vieira

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0737-9941>
Universidade Federal do Pampa, Brasil
E-mail: profmauricioaires@gmail.com

Ruhena Kelber Abrão

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5280-6263>
Universidade Federal do Tocantins, Brasil
E-mail: kelberabrao@uft.edu.br

Resumo

A educação inclusiva é, sem dúvida, um dos maiores desafios da sociedade desenvolvida nos dias de hoje, pois acreditamos que ela envolve muito mais que a pessoa com deficiência, envolve, também, a família, a escola e a sociedade. Este artigo propõe analisar as relações sociais do ambiente escolar e a convivência entre alunos com deficiência e professores na sala de aula e na escola. Para este estudo com o intuito de compreender como acontecem as relações da educação especial e inclusiva, bem como as circunstâncias interativas que esses alunos estabelecem com seus professores, adotamos a proposta de uma pesquisa bibliográfica para nortear à temática embasados em teóricos e pesquisadores da área, bem como a pesquisa documental envolvendo os principais documentos de matriz oficial como forma elucidar conceitos que tratam sobre a educação especial no Brasil. Como resultados, constata-se com base nas informações dos registros de pesquisas realizadas anteriormente que o processo de inclusão de pessoas com necessidades educativas especiais ainda está se aperfeiçoando. Muitos problemas precisam ser superados para a efetivação da inclusão de modo a garantir que a pessoa com deficiência possa se inserir e permanecer no ambiente escolar tendo suas especificidades reconhecidas e particularidades respeitadas. Nessa perspectiva, é indispensável que a escola, pela via da formação continuada, compreenda a complexidade em que o atendimento educacional especializado está inserido, bem como os desafios que são colocados à escola na tarefa de ensinar todos os alunos.

Palavras-chave: Ensino; Inclusão; Educação especial.

Abstract

Inclusive education is, without a doubt, one of the biggest challenges of the developed society nowadays, because we believe that it involves much more than the person with disability, it also involves the family, school and society. This article proposes to analyze the social relations of the school environment and the coexistence between students with disabilities and teachers in the classroom and at school. For this study, in order to understand how special and inclusive education relationships happen, as well as the interactive circumstances that these students establish with their teachers, we adopted the proposal of a bibliographic research to guide the theme based on theorists and researchers in the area, as well as the documentary research involving the main documents of official matrix as a way to elucidate concepts that deal with special education in Brazil. As a result, based on information from the records of research carried out previously, it appears that the process of including people with special educational needs is still improving. Many problems need to be overcome for the effectiveness of inclusion in order to ensure that the person with disabilities can enter and remain in the school environment, having their specificities recognized and particularities respected. From this perspective, it is essential that the school, through continuing education, understand the complexity in which the specialized educational service is inserted, as well as the challenges that are posed to the school in the task of teaching all students.

Keywords: Teaching; Inclusion; Special education.

Resumen

La educación inclusiva es, sin duda, uno de los mayores retos de la sociedad desarrollada en la actualidad, porque creemos que implica mucho más que a la persona con discapacidad, implica también a la familia, la escuela y la sociedad. Este artículo se propone analizar las relaciones sociales del ámbito escolar y la convivencia entre alumnos con discapacidad y docentes en el aula y en la escuela. Para este estudio, con el fin de comprender cómo suceden las relaciones de educación especial e inclusiva, así como las circunstancias interactivas que estos estudiantes establecen con sus profesores, adoptamos la propuesta de una investigación bibliográfica para orientar el tema a partir de teóricos e investigadores del área, así como la investigación documental involucrando los principales documentos de matriz oficial como forma de dilucidar conceptos que tratan sobre la educación especial en Brasil. Como resultado, a partir de la información de los registros de investigaciones realizadas con anterioridad, parece que el proceso de inclusión de personas con necesidades educativas especiales sigue mejorando. Muchos problemas necesitan ser superados para la efectividad de la inclusión a fin de garantizar que la persona con discapacidad pueda ingresar y permanecer en el ambiente escolar, siendo reconocidas sus especificidades y respetadas sus particularidades. Desde esta perspectiva, es fundamental que la escuela, a través de la formación permanente, comprenda la complejidad en la que se inserta el servicio educativo especializado, así como los desafíos que se le plantean a la escuela en la tarea de enseñar a todos los alumnos.

Palabras clave: Enseñanza; Inclusion; Special education.

1. Introdução

Desde os primórdios da vida humana que as comunidades são edificadas em torno de indivíduos ditos “normais”, excluindo e negligenciando as pessoas que apresentavam diferenças físicas e cognitivas (Abrão & Del Pino, 2016). Com o passar do tempo, a atenção começou a centrar-se nesses indivíduos e muitos estudos foram realizados para investigar as causas e tratamentos de crianças que apresentam algum desvio evolutivo (Montoan, 2003, 2009).

A pessoa com deficiência para se desenvolver fisicamente e intelectualmente precisa de um atendimento especializado, seja para fins terapêuticos, fisioterapêuticos ou estimulação motora (Abrão & Duarte, 2017). Neste sentido, a Educação tem seu papel ainda mais importante no intuito de garantir o desenvolvimento das potencialidades da pessoa com deficiência para garantir a inserção e a permanência na sociedade sem ser vista com menosprezo pelos outros por sua dificuldade (Brasil, 2009, 2013, 2014, 2015).

A inclusão escolar das pessoas com necessidades educacionais especiais é um tema de grande importância e vem ganhando espaço cada vez mais com intensidade em debates discussões que explicitam a necessidade das escolas em atender as diferenças e as condições humanas (Vieira, De Lima Júnior, Ferreira, 2021). Educação inclusão são, sem dúvida, grandes desafios de uma sociedade desenvolvida nos dias de hoje (Montoan, 2007).

Para tanto, este artigo tem por objetivo apresentar breves discussões sobre o processo de inclusão da pessoa com deficiência. As questões relevantes para que esse processo se faça real são diversas e a formação do profissional ciente e com carga de conhecimentos que garanta o reconhecimento das especificidades e o tempo de desenvolvimento intelectual de cada

criança é um fator importante, bem como a aproximação da família com a escola dando suporte, socializando dificuldades para aprimorar o trabalho dos profissionais, mas, também, compreenderem melhor como lidar com as dificuldades que a criança com deficiência apresenta (Rodrigues, 2008; Abrão, 2012). Outra grande preocupação em relação à pessoa com deficiência é o processo de acessibilidade que precisa ainda ser muito refletido para que as adaptações possam ser efetivadas e garantir ao aluno maior comodidade e segurança quando estiver na escola (Do Nascimento et al, 2020).

Este trabalho justifica-se a partir do papel da Educação Especial é de suma importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca incessante da democracia (Odeh, 2000). Em 1985, por exemplo, foi criado pelo governo federal um comitê para planejar, fiscalizar e traçar políticas de ações conjuntas na questão das pessoas com deficiência. Nesse mesmo ano, em Assembleia Geral das Nações Unidas, foi lançado Programa de Ação mundial para as pessoas deficientes (Brasil, 2001a). Tal programa recomendava que *“quando for pedagogicamente factível, o ensino de pessoas deficientes deve acontecer dentro do sistema escolar normal”* (Brasil, 2001b).

Essa perspectiva passaria a permear as políticas para a área em nível internacional na década seguinte e, em nível nacional, a partir da constituição federal de 1988. Ainda em 2001 o Plano Nacional de Educação – PNE (Lei nº10.172/2001) sinalizou para o avanço que a década da educação teria que promover para a construção de uma educação inclusiva, prescrevendo em seus objetivos e metas que os sistemas de ensino deveriam favorecer o atendimento aos alunos com deficiência (Brasil, 2010, Brasil, 2017).

Em 2003, por meio da Secretaria de Educação Especial, foi determinado que todos os municípios do país devessem adotar o Projeto Plurianual de Implantação da educação Inclusiva em acesso e qualidade para todos. A finalidade de expandir as políticas públicas de educação inclusiva nos sistemas de ensino (Brasil, 2017). Porém, o que se observa nas escolas é a discriminação e o atendimento estes alunos de forma incorreta pelas escolas e até mesmo pela sociedade, ou seja, observa-se a exclusão em vez da inclusão tão almejada (Odeh, 2000).

O artigo pretende analisar então, as relações sociais do ambiente escolar e a convivência entre alunos com deficiência e professores na sala de aula e na escola. Acreditamos que o ensino brasileiro não esteja preparado para receber o deficiente com uma formação de qualidade fazendo com que a diversidade seja aceita com naturalidade.

2. Metodologia

O artigo se realiza na proposta de uma pesquisa bibliográfica como afirma Severino (2007), *“é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses entre outros”*. Utiliza-se de dados ou de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrados (Marconi & Lakatos 2003, Schwartz et al, 2020).

Buscamos como fontes principais artigos que discutiam sobre a acessibilidade e a relação pais e profissionais na escola, como também alguns documentos de leis que tratam dos direitos a educação para pessoas com necessidades educacionais especiais. O objetivo principal foi à busca por informações sobre a deficiência física e a sua inclusão no processo educativo tendo em vistas as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência ao acesso e permanência no ensino, garantido o seu desenvolvimento educacional participativo e ativo nas práticas desenvolvidas pelos profissionais.

O presente artigo foi desenvolvido seguindo uma pesquisa bibliográfica para nortear a temática embasados em teóricos e pesquisadores da área, a pesquisa documental, como forma de abordar documentos oficiais que tratam sobre a educação especial no Brasil (Oliveira et al., 2021).

3. Apontamentos Sobre a Educação Especial e Inclusiva

A educação inclusiva é, segundo Sasaki (1997), o processo que reestrutura as políticas e práticas escolares para garantir a participação de todas as pessoas com deficiência na educação, respeitando as diversidades e considerando as especificidades de cada uma. A deficiência física tendo como característica principal a paralisação ou mau funcionamento de membros do corpo, para incluir a pessoa com deficiência física no processo de formação educacional deve ser pensado as adaptações, que podem ser realizadas no meio ambiente, nos objetos e nas atividades para assegurar o ingresso e a permanência dela na escola (Jannuzzi, 2004, 2006). A acessibilidade no que se refere às adaptações se torna o fator mais importante para garantir o sucesso do processo de inclusão (Novak, 2015).

A acessibilidade ainda se apresenta como um dos principais problemas a ser superado no processo inclusivo, mas especificamente no que tange a acessibilidade arquitetônica e metodológica (Chacon, 2011). Na primeira, os espaços físicos das escolas se apresentam como barreiras a serem superados pelos alunos, tornando difícil o acesso à escola (Araújo et al, 2020). Já na segunda apresenta barreiras aos profissionais que não estão capacitados para lidar com as especificidades apresentadas pelas pessoas com necessidades no interior da escola e fora dela, pois realizam também um trabalho em parceria com as famílias de compreender e lidar com o desenvolvimento das pessoas com deficiência a fim de garantir a aquisição de uma aprendizagem significativa para ela na sua vida posterior a escola, em uma perspectiva de viver em sociedade com seus direitos garantidos e não serem vítimas da segregação (Chacon, 2011; Abrão & Duarte, 2017; Abrão & Santos, 2018).

A Conferência Mundial “Educação para Todos” e a Conferência sobre “Necessidades Especiais” marcam o movimento pela inclusão de pessoas com necessidades na Educação. A Lei nº 9.394/96, nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, afirma que a educação especial é dever institucional do Estado e deve ser ofertada na Educação Infantil. Nesse sentido, a Declaração de Salamanca é o documento mais importante que trata das questões relacionadas ao ensino das pessoas com necessidades especiais (Dell-Masso & Araújo, 2008).

No documento supracitado estão estabelecidas algumas recomendações para garantir o ensino inclusivo e de qualidade. Dentre elas, temos que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência deve ser preferencialmente na rede pública, o acesso ao ensino obrigatório e gratuito, bem como criação de programas de atendimento as pessoas com deficiência com o intuito de garantir o bom atendimento e acesso da pessoa com Necessidade Educacional Especial na sua interação social, garantindo pleno exercício de seus direitos individuais e sociais (Brasil, 2001; 2017).

O Plano Nacional de Educação estabelece objetivo e metas para a educação especial. Especificamente as metas tratam de assegurar a criação de programas educacionais em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o atendimento ofertado desde a Educação Infantil, a educação continuada dos profissionais, e os sistemas de ensino asseguram métodos, técnicas, recursos educativos e organizações específicas para atender às necessidades (Brasil, 2001; 2017).

No Artigo 24, da Legislação Brasileira sobre Pessoas com Deficiência, nas disposições sobre a Educação estar reconhecido pelos Estados-Partes o direito das pessoas com deficiência à educação e asseguram o sistema inclusivo em todos os níveis com os objetivos de: Pleno desenvolvimento do potencial humano e do senso de dignidade; Desenvolvimento máximo possível da personalidade e dos talentos e da criatividade, bem como as suas habilidades físicas e intelectuais; Participação em uma sociedade livre (Brasil, 2013).

Para que esse direito seja efetivo também é assegurado que as pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educativo e que possam ter acesso ao ensino primário inclusivo, de qualidade e gratuito; adaptações razoáveis de acordo as necessidades individuais (Brasil, 2013). O objetivo é que a pessoa com deficiência possa adquirir as competências práticas e sociais necessárias, bem como também é assegurado à facilitação do aprendizado, propiciando seu bem estar pessoal e social (Ferreira & da Silva Santos, 2021).

Na constituição de 1988, no Art.205, é mencionado que a educação é direito de todos e dever do estado e da família, principalmente as pessoas com deficiências, pois todo ser humano deve ter o direito às mesmas oportunidades para adquirir conhecimentos, desenvolvendo capacidades e exercendo sua cidadania, alcançando, desse, formas, de integrar-se completamente ao meio social (Brasil, 1988; Brasil, 1989). No Brasil, a luta por igualdade e respeito das diferenças tem sido constantes na sociedade, entre eles, talvez o mais importante, encontra-se no ambiente escolar (Freire, 1996)

. A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade (Schwartz et al., 2022). Como intuição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (Freire, 1996).

A concepção e os princípios da educação inclusiva dentro de um contexto mais amplo que dizem respeito à estrutura da sociedade em que vivemos, associados aos movimentos de garantia dos direitos exigem a transformação dos sistemas de ensino em relação a fundamentação, a prática pedagógica e aos aspectos cotidianos da escola (Montoan, 2007; Ferreira & da Silva Santos, 2021). A escola também pode avançar no desenvolvimento de uma criança com deficiência, enfatizado a responsabilidade dos educadores em ensinar as mesmas com deficiência ou sem deficiência (Abrão & Duarte, 2017).

A criança com deficiência também é beneficiada quando elas frequentam uma escola regular, na qual pode receber informações igual às recebidas pelos colegas, mesmo que contenham um tratamento diferente e muitas destas crianças apresentam dificuldades de construir conhecimentos (Silva & Dessen, 2014). É preciso que muito professores tenham oportunidades de refletirem sobre as mudanças destas crianças a cada dia, pois os professores precisam trabalhar a realidade de inclusão na prática (Tavares et al, 2021).

Não se pode deixar de reconhecer que a inclusão social é um dos fatores fundamentais para desenvolvimento da sociedade brasileira, pois hoje requer que os educadores estejam permanentemente informados sobre os processos educacionais e necessidades especiais das pessoas com deficiência e das possibilidades das Tecnologias de informação e Comunicação ou Tecnologia assistiva (Brasil, 2006; Batista et al, 2018).

Portanto, este é o foco do presente estudo, compreender melhor a inserção do de aluno com deficiência no ensino. Com isto o papel da educação especial é de grande importância dentro da perspectiva de atender as crescentes exigências de uma sociedade em processo de renovação e de busca informação, e conhecimento por parte das pessoas. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas com deficiência requerem atenção especial (Novak, 2015). É preciso tomar medidas que garantem a igualdade de acesso à educação aos deficientes e de todos e qualquer tipo de necessidade especial todos são igual perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (Abrão & Brito, 2019).

Dentro deste contexto tivemos como foco desta pesquisa “A Educação especial na Escola”, surgindo então o seguinte questionamento: “Como os alunos com deficiência estão sendo “tratados” no âmbito da sala de aula?” E, “Estão os professores e preparados para receber estes estudantes e garantir sua aprendizagem?”

Dessa forma, o objetivo fundamental foi investigar como a mediação pedagógica do professor, pode contribuir para a inclusão da criança com necessidades educacionais especiais, para assim averiguar a situação real do processo de inclusão das pessoas com necessidades educativas especiais em estudos futuros, conferindo o funcionamento da inclusão em relação à teoria (Batista et al, 2018, Oliveira Santana et al, 2021).

Sobre a prática pedagógica diante do desafio da inclusão, especificamente, o processo de inclusão de alunos com deficiência na escola regular. Sabemos que é possível uma prática pedagógica de qualidade, de forma apropriada à aprendizagem e realmente incluir aluno com deficiência, na rede regular de ensino. Sendo assim este estudo foi com a finalidade de abordar a concepção histórica sobre a inclusão no Brasil, fazer uma análise da inclusão e do desenvolvimento dos professores (Rebelo, 2004). Durante a pesquisa surgiu muitas perguntas: qual a importância da inclusão escolar e para aluno

com necessidades especiais, em resposta procurou-se demonstra as concepções históricas da inclusão social de pessoa com necessidades educacionais especiais.

Para iniciarmos o debate, utilizamos o conceito de deficiência e deficiência física conforme a lei. No decreto nº 3.298 de 1999, (Brasil, 1999), da legislação brasileira:

Art. 3: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I – Deficiência- toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.

Art. 4: - Deficiência Física – Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano acarretando o comprometimento da função física apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

Na educação, a discussão sobre o processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência requer muito cuidado, pois uma vez que o conceito de inclusão passou a ser solução para os problemas sociais este aluno também requer atendimento especial, materiais adequados e específicos e tratamento sem nenhum tipo de discriminação e preconceito (Abrão, Souza, 2012).

Educadores mal preparados resistem à inclusão, devido ao preconceito, a desinformação e a intolerância, deve-se a sua formação familiar que o influenciou negativamente desde a infância e a acadêmica por que não os preparou para lidar com as diversidades e diferenças (Montoan, 2007, Araújo et al, 2022). Nesse contexto estabelece como princípio para o ensino, a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, com o direito do atendimento educacional e especializado preconizando a integração e o atendimento à pessoa com deficiência ao âmbito do ambiente escolar (Odeh, 2000; Vitaliano, Manzini, 2010).

No entanto, em um país com um histórico de preconceitos e heterogenia disseminada, questiona-se a preparação do corpo docente escolar em garantir o direito dos alunos com deficiência, compartilhar o espaço escolar e receber ensino regular de qualidade (Abrão & Figueredo, 2013; Novak, 2015). Em nossa realidade observamos que ainda há poucos profissionais preparados para receber estes alunos. Muitas vezes, durante os estágios dos cursos de licenciatura, observa-se que os alunos com deficiência não são incluídos, em diversos momentos pedagógicos, principalmente nas aulas de educação física, por exemplo. Momentos estes que seriam propícios à estimulação destes alunos com o intuito de desenvolver as habilidades artísticas como meio de aprimorar a criatividade, a sensibilização, a lateralidade e a socialização (Araújo et al, 2020).

Também é uma cultura a ser construída e representa uma visão de como se deve pensar, planejar e organizar a educação para a melhoria da sociedade. Portanto, sua aprendizagem fluirá de forma prazerosa e significativa, sendo construída a cada instante em forma de lazer (Do Nascimento et al, 2020). A inclusão social, portanto, é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade por meio de transformações, pequeno e grande nos ambientes físicos, internas e externos equipamento aparelhos, utensílios mobiliário e meios de transportes e na mentalidade de todas as pessoas, portanto, também do próprio deficiente (Ribeiro, 2003; Silva et al, 2021).

Quanto os avanços dos direitos humanos, registraram-se consideráveis progressos na conquista da igualdade e do exercício de direitos e o que se conhece e observa atualmente, tendo como grande aspecto, é a busca da inclusão destas pessoas historicamente marcadas pela segregação, pelo preconceito e pela rejeição (Ribeiro, 2003). De acordo com Mazzotta (1996, 2001), a educação especial no Brasil é marcada por dois períodos: de 1854 a 1956, com iniciativas oficiais, particulares e isoladas, e de 1957 a 1993, com iniciativas oficiais e de âmbito nacional.

Além disso, a Constituição Federal garante em seu Artigo 205 que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família. Em seguida, no Artigo 206, estabelece a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (Brasil,

1988). O Atendimento Educacional Especializado, oferecido preferencialmente na rede regular de ensino, também é garantido na Constituição Federal (Artigo 208, inciso III). Nesse sentido, a partir de meados do século XX, com “a intensificação dos movimentos sociais de luta contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício da cidadania das pessoas com deficiências surge a nível mundial o desafio de uma sociedade inclusiva” (Rodrigues, 2005, p. 20).

Segundo Mantoan (2003), inclusão é “o privilégio de conviver com as diferenças”, ou seja, é a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoa diferente de nós. Quanto mais conhecemos determinado fato ou assunto, mais nos sentimos seguros diante dele. O novo gera insegurança e instabilidade, exigindo reorganização, mudança. Logo, é comum sermos resistentes ao que nos desestabiliza. Sem dúvida, as ideias inclusivas causam muita desestabilidade e resistência. A transformação verdadeira da escola só acontecerá quando realmente criamos condições para todos os alunos passarem a atuar efetivamente nesse espaço educativo (Da Silva Quixabeira et al, 2021).

Para Kassir (2011) “a escola inclusiva só começa com uma radical reforma da escola, com a mudança do sistema existente e repensando-se inteiramente o currículo para alcançar as necessidades de todos os alunos”. De acordo com autor a inclusão não representa simplesmente transferir o aluno da escola especial para a escola regular, pois, ela requer uma mudança na mente e nos valores, para as escolas e para a sociedade em geral, porque subjacente a sua filosofia está a celebração da diversidade (Kassar, 2012).

A escola não pode mudar tudo e nem pode mudar a si mesma sozinha. Ela está intimamente ligada à sociedade que a mantém. Ela é, ao mesmo tempo, fator e produto da sociedade. Como instituição social, ela depende da sociedade e, para se transformar, depende também da relação que mantém com outras escolas, com as famílias, aprendendo em rede com elas, estabelecendo alianças com a sociedade, com a população (Gadotti, 2010).

Também deve ficar evidente que bons mediadores de classe são frutos de aprendizagem, eles não nascem bons, preparados para ministrar aulas. Ensinar é um processo e precisa ser aprimorado (Silva et al, 2021). Sempre há aqueles poucos professores que são mediadores naturais, que tiveram muito pouca capacitação formal, e que simplesmente parecem saber o que fazer na maioria ou em todas as situações problemática. Entretanto a maioria dos professores precisa de uma capacitação adequada para um bom manejo das aulas (Abrão & Adamatti, 2015).

Estamos neste momento vivendo um processo de discussões amplas sobre aprimoramentos quanto uma Política Nacional de Educação Especial, mais eficiente e eficaz que reflète um momento em que ao mesmo tempo em que constatamos o fenômeno da globalização se estendendo para todas as esferas da sociedade, observamos que as minorias alcançaram visibilidade e reconhecimento (Brasil, 1994; Schwartz et al., 2022).

O professor precisa despertar o interesse dos alunos pelo processo de ensino aprendizagem por meio de suas aulas, nos momentos de reflexão e de debates, deixando evidente que a educação é a grande arma para a erradicação e diminuição do índice de desigualdades (Abrão, Silva, 2012). Neste momento, fica evidente que o empenho dos professores ao socializarem o conhecimento não como detentores deste, mas como mediadores, uma vez que levam o aluno a pensar e refletirem sobre suas ações, tornando-o um cidadão crítico. Assim, a igualdade de todos os cidadãos será cumprida por meio da justiça (Alcântara, et al, 2021).

4. A Deficiência Física como uma Barreira

A deficiência, segundo o Decreto nº 3.298 de 1999 (MEC,2004), é “toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.” E a deficiência física é a “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física” (Brasil, 2004)

A deficiência física pode ser apresentada na forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, tri paresia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida. Pode ser **temporária**, quando com um tratamento a pessoa volta as suas condições anteriores, **recuperável**, quando permite melhora diante do tratamento, **definitiva**, quando mesmo com tratamento não há possibilidade de cura e **compensável**, quando permite a melhora por substituição de órgãos. Também pode ter causa **hereditária**, quando resulta de doenças transmitidas por genes, **congênita**, quando existe no indivíduo ao nascer, ou durante a fase intrauterina e **adquirida**, quando ocorre depois do nascimento por infecções, traumatismos e intoxicações (Brasil, 2008, 2018).

O desenvolvimento infantil é o processo de mudanças e transformações que ocorrem durante toda a vida e recebe influência de fatores intrínsecos (genética) e extrínsecos (ambiente), portanto, desenvolvimento é um produto da interação contínua da hereditariedade e da influência do meio. Como o processo de aprendizagem está associado ao desenvolvimento da pessoa, Piaget *apud* (Schirmer *et al*, 2007, p. 16), afirma que a “inteligência é construída com a troca entre o organismo e o meio, [...] O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, perturba-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio e se adaptar, constrói novos esquemas”.

Por isso, as ações realizadas sobre o meio promovem formas de conhecer e pensar mais complexas, levando a pessoa a criar novos esquemas para compreender e interpretar o mundo. No decorrer da vida, estamos a todo instante recebendo informações as quais armazenamos aquelas que são significativas para nós. Nesse sentido, a pessoa com deficiência não pode ficar isolada da convivência social e a escola é o ambiente mais propício para a socialização. Schirmer *et al* (2007, p. 34), afirmam que o ambiente escolar é o espaço da interação e é nele que:

Nos vemos motivados a estabelecer comunicação, a sentir a necessidade de se pertencer, entre outras habilidades que nos fazem pertencer ao gênero humano. O aprendizado ganha muito mais sentido quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite o convívio e a participação. A inclusão escolar é a oportunidade para que de fato a criança com deficiência não esteja à parte, realizando atividades meramente condicionadas e sem sentido (Schirmer, *et al* 2007, p. 17).

Quando falamos de inclusão De Vitta *et al* 2010, apresentam que a percepção dos profissionais sobre a socialização está mais associada às relações sociais de entretenimento e não do ensino-aprendizagem da criança com Necessidade Educacional Especial. Nesta perspectiva, constata-se que, de modo geral, “a inclusão escolar da “pessoa com deficiência” é vista pelos professores como uma ação muito mais “humanística” do que realmente educacional”. Vista desta maneira pelos profissionais a inclusão não considerada a possibilidade de um real desenvolvimento cognitivo (Vitta, 2010).

No Brasil, percebemos que esta realidade ainda se permeia, não generalizando, as escolas ainda não estão adequadas às necessidades de todas as crianças (Kassar, 2011). Essa adequação vem de encontro com a acessibilidade segundo Teixeira e Copetti (2020), as adaptações a serem feitas para receber o aluno com deficiência física são muitas, a maior parte das escolas brasileiras apresentam diversos obstáculos que impedem o acesso e a permanência que é o principal para a criança deficiente no espaço escolar.

O profissional também tem um papel importante para que a aprendizagem seja efetiva segundo Silva *et al*, (2021) o docente precisa ser capaz de identificar as necessidades de cada aluno, do que cada sala de aula precisa e as peculiaridades de cada um do grupo. Destarte, é preciso ter conhecimento em sua área de atuação e também estar sempre buscando atualização aperfeiçoar conhecimento específico, teorias pedagógicas e técnicas didáticas inovadoras.

A participação da família nesse processo é muito valiosa para compreender esta complexa relação entre escola e família. Nesse sentido, nos achados epistemológicos de Silva e Dessem (2010), os mesmos afirmam que a família é uma fonte

de informação indispensável para que a escola possa aperfeiçoar seu trabalho na busca por um desenvolvimento da aprendizagem cognitiva da criança com deficiência.

A figura dos pais, no interior da escola, reflete para os profissionais e para a criança o interesse pelo sucesso do desenvolvimento, tenha a criança deficiência ou não (Pietro, 2010). Pais participativos e presentes vivenciam os impactos e as dificuldades que as crianças enfrentam no interior da instituição, estando próximos é mais fácil para a escola encontrar a melhor maneira de superar essas dificuldades. A deficiência viabiliza um maior comprometimento no desenvolvimento da pessoa com necessidades, levando os pais inicialmente a buscar novos conhecimentos para melhor contribuir com a criança e posteriormente associa-se aos profissionais educacionais, um dando suporte ao outro (Chacon, 2011).

Silva e Dessen (2014), afirmam que mesmo as famílias com crianças frequentando instituições multiprofissionais ainda “necessitam de apoio para lidarem com demandas relativas à educação das crianças e ao desenvolvimento da família” bem como “precisam conhecer e discutir os objetivos da proposta pedagógica e os meios organizados para atingi-los, além de trocar opiniões sobre como é o cotidiano escolar e em casa” (Silva, Dessen, 2014).

O ambiente familiar é considerado pelos sistemas educacionais o primeiro contato da criança com o conhecimento, a escola deve propiciar o apoio dos pais assim como os pais permitirem o apoio da escola, como aludem Silva e Dessen (2014), a educação integral só acontece com essas duas instituições sociais unidas- família e escola. Diante das dificuldades que permeiam a família e a escola em lidar com a eficácia do desenvolvimento educacional da criança com deficiência física, as barreiras e dificuldades são muitas, a acessibilidade é no momento o fator mais relevante (Rebello & Kassari, 2018).

Os profissionais ligados à área da educação estão ainda enfrentando o desafio da inclusão que já deveria ter sido superado, mas infelizmente ainda é uma grande batalha para profissionais, alunos e pais. A acessibilidade se apresenta nas dimensões arquitetônica, eliminando barreiras no ambiente físico, comunicacional, eliminando barreiras de comunicação interpessoal, metodológica, eliminando barreiras nos métodos e técnicas de ensino, instrumental, eliminando as barreiras nos instrumentos e utensílios de estudos, programática, eliminando as barreiras das políticas públicas e a dimensão atitudinal, conscientização das pessoas em geral por meio de programas e práticas de sensibilização para a convivência na diversidade. Dentre estas dimensões percebe-se maior dificuldade de superação a dimensão arquitetônica e a dimensão metodológica (Pietro, 2010).

Del-Masso e Araújo (2008), no que se refere à acessibilidade arquitetônica ressaltam que a inclusão aponta para a importância de ajustar o meio às necessidades da pessoa, assim as adaptações podem ser realizadas tanto no meio, nas atividades e na metodologia para assegurar à participação da pessoa com deficiência em diversas atividades proporcionando o desenvolvimento e o aprimoramento de suas capacidades.

Na acessibilidade metodológica Vitalino e Manzini (2010), afirmam que um dos fatores que contribui para o fracasso da inclusão é o despreparo dos profissionais, mas este não é um fator solitário, também se associa a rotina de trabalho, salas superlotadas, a falta de materiais entre outros. Para eles a formação dos profissionais também é importante, neste sentido aludem para a necessidade de planejar a formação incluindo disciplinas que abranjam as novas tendências educacionais de modo a atender as necessidades da educação inclusiva.

Quando se fala de pessoas com deficiência e o processo de inclusão, a acessibilidade arquitetônica e a metodológica são as que apontam maior importância para as pessoas com deficiência física (Teixeira & Copetti, 2020). As adaptações físicas devem estar preparadas para assegurar o ingresso e a permanência desta criança na escola, e os métodos utilizados devem ser para garantir que a criança desenvolva suas capacidades respeitando o tempo de cada uma delas em suas diversidades de limitações. As deficiências físicas são diversas, portanto, é importante que os profissionais entendam e compreendam cada uma delas para que seu trabalho seja significativo e alcance bons resultados (Unesco, 1994, 1998).

5. Considerações Finais

A educação é de suma importância na vida de qualquer cidadão, mas é necessário que ela se torne importante na vida dos educandos desde cedo, pois é por meio dela que a sociedade terá cidadãos críticos e atuantes. Logo, neste artigo abordamos sobre a Educação Especial e como nós, educadores, somos sujeitos capazes de intervir nas injustiças e precarizações das crianças, com deficiências assim como sua intervenção na produção do conhecimento, uma vez que este conhecimento é construído em parceria com o aluno.

As especificidades que vemos quando pretendemos falar sobre deficiências se apresentam principalmente na inclusão, na formação profissional e nas relações família e escola. No presente artigo buscamos discutir esses temas sem a intenção de apontar soluções, mas fazer um diálogo da realidade atual do processo de educação inclusiva de pessoas com deficiência física. Constatamos com base nas informações dos registros de pesquisas realizadas anteriormente que o processo de inclusão de pessoas com necessidades especiais ainda está se aperfeiçoando. Muitos problemas precisam ser superados para a efetivação da inclusão de modo a garantir que a pessoa com deficiência, possa se inserir e permanecer no ambiente escolar tendo suas especificidades reconhecidas e particularidades respeitadas.

Os profissionais apresentam muitas dúvidas quando estão de encontro com as práticas pedagógicas inclusivas, sentem-se incapacitados para situar os alunos com necessidades nos grupos pra trabalhar de maneira a desenvolver a aprendizagem no coletivo e na participação em todas as atividades. Este é um fator que deve ser pensado pelas políticas públicas de formação, em incluir nos currículos de formação, disciplinas que abranjam as novas tendências educacionais de modo a atender a necessidade da educação inclusiva.

A relação família e escola é um fator relevante no ensino das pessoas com deficiência, pois para os profissionais os pais podem ser uma importante forma de conhecer as especificidades e particularidades deste sujeito. Essa parceria é proveitosa para ambas as partes, escola e família, pois uma serve de suporte para a outra na troca de informação que pode auxiliar as famílias no desenvolvimento da criança no ambiente de casa também, podendo tornar mais significativo o desenvolvimento da aprendizagem na criança.

Para a pessoa com deficiência física a acessibilidade é o fator primordial para garantir o acesso e a permanência dela no ensino. As adaptações que podem ser realizadas no meio, nos objetos e nas atividades. Há um conjunto de modificações necessárias para atender as diferenças individuais das crianças. Essas adaptações devem promover o desenvolvimento e a aprendizagem das mesmas com o intuito que venham à priorizar conteúdos para garantir o desenvolvimento da aprendizagem significativa para a participação da pessoa com deficiência na sociedade que se insere.

Neste sentido, percebemos que a educação é apenas uma fase da vida da pessoa com deficiência, e que é nesse momento que ela vai construir conhecimentos para ser utilizado por toda a sua. Portanto, o ambiente escolar deve ser o mais adequado possível para garantir que a pessoa desenvolva seu conhecimento de modo a garantir a sua participação na vida social que terá após sua formação educacional. Um ensino que valorize suas especificidades dando suporte para que ela desenvolva suas potencialidades de forma independente e consciente

A Educação Inclusiva recebeu força a partir da aprovação da Constituição em 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996. Evidentemente que a proposta de inclusão envolve a sociedade como um todo e precisa de condições objetivas para que seja colocada em prática, entre elas, a valorização da educação e, conseqüentemente, o reconhecimento da importância do trabalho do professor, mediante formação adequada. Observamos que não se trata apenas de os professores conhecerem mais sobre deficiências ou como ensinar a esses alunos, mas de criar espaços para que reflitam como são afetados por esta convivência.

Referências

- Abrão, R. K. (2012). A política de organização das infâncias e o currículo da Educação Infantil e do primeiro ano. *Zero-a-seis*, 14(25), 51-74.
- Abrão, R. K., & Silva, J. A. D. (2012). A análise do uso dos jogos para o desenvolvimento do pensamento lógico-matemático nos anos iniciais do ensino fundamental. *Vivências* (URL Erechim), 14, 10-19.
- Abrão, K. & Figueiredo, M. A Corporeidade Infantil nos Espaços da escola. *Vivências*. 9(16), 20-28, maio/2013.
- Abrão, R. K., & Adamatti, D. F. (2015). As novas tecnologias da informação e comunicação e a atividade experimental no ensino de ciências. *Revista Linhas*, 16(31), 305 - 324. <https://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723816312015305>
- Abrão, K. R., & Del Pino, J. C. (2016). Cognição e aprendizagem no espaço da tecnologia. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, 1776-1798.
- Abrão, R. K. (2016). O espaço e o tempo da infância no período de transição da Educação Infantil para os anos iniciais. *Revista Uniabeu*, 8(20), 236-251.
- Abrão, R. K., & Duarte, M. M. (2017). O papel da afetividade no processo ensino e aprendizagem da criança com deficiência. *Revista Uniabeu*, 10(24).
- Abrão, R. K., & Rodrigues, M. R. M. (2018). Criar, montar, divertir e aprender: os jogos, brinquedos e brincadeiras. *Revista Uniabeu*, 11(27).
- Abrão, R. K., & Santos, S. C. (2018). Educação de jovens e adultos: alguns estudos sobre o lúdico no ensino da matemática. *Revista Uniabeu*, 11(27).
- Abrão, R. K.; Brito, I. C. (2019). A Educação Física Inclusiva no Ambiente Escolar em Centenário- TO. *Multidebates*, 3(2), 96-123.
- Abrão, K. e Souza. (2012). A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais em classes regulares de Educação Infantil. *Ciências & Letras*, n.52, p.93-106.
- Alcântara, R. L. de, Alves, A. R., Alcântara, S. de M. M., Falchione, L. R., Quixabeira, A. P. da S., Louzada, M. C. dos S., Silva, R. A. da, & Abrão, R. K. (2021). Notas sobre inclusão, surdez e a aquisição da Língua Portuguesa. *Research, Society and Development*, 10(8), e29210816889. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i8.16889>
- Araújo, B. C. de, Quixabeira, A. P., Padilhas, O. P., & Ferreira, R. K. A. (2020). Esporte adaptado: Percepção e metodologias dos professores de Educação Física nas escolas públicas. *Research, Society and Development*, 9(7), e792974707. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i7.4707>
- Araújo, E. G., Leite, F. N., Vida, I. A. S., de Souza, R. R., da Silva, F. J. A., Silva, R. A. N., & Abrão, R. K. (2022). Os desafios de humanizar na unidade dentro das perspectivas dos profissionais de saúde: uma revisão da literatura. *Research, Society and Development*, 11(4), e51911427663-e51911427663.
- Barbosa, K. K., Silva, R. A. N., Barbosa, D. A., & Abrao, K. R. (2021). Metodologias ativas na aprendizagem significativa de enfermagem. *Humanidades & Inovação*, 8(44), 100-109.
- Batista, M. H. J., Rocha, W. D. R., de Almeida, R. B., Nunes, T. S., & Ferreira, R. K. A. (2018). Tecnologia assistiva como ferramenta de inclusão escolar da pessoa com deficiência. *Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, 4(09).
- Brasil (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil (1989). Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Brasília, DF.
- Brasil (1994). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial. MEC/SEESP.
- Brasil (1996). Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil (2001a). Decreto n.º 3.956, de 8 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil (2001b). Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução nº 2, de 11 de setembro de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília, DF.
- Brasil (2006). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de recursos multifuncionais: espaço para atendimento educacional especializado. Brasília, DF: MEC/SEESP.
- Brasil (2008). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP.
- Brasil (2009). Conselho Nacional de Educação. Câmara da Educação Básica. Resolução n.º 4, de 2 outubro de 2009. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF.
- Brasil (2010). Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos político-legais da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, DF: MEC/SEESP.
- Brasil (2013). Lei n.º 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.
- Brasil (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de educação – PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF.

- Brasil (2015). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF.
- Brasil (2018). Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular: Educação é a base. Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio. Brasília, DF.
- Chacon, M.C.M. (2011). Relação pai-filho e deficiência física relato de pesquisa. *Revista Brasileira Educação Especial*, Marília, v. 17, n. 3, p. 441-458, Set.-Dez.
- da Silva Quixabeira, A. P., Silva, A. R. A., de Araújo, B. C., Silva, B. C., Abreu, V. P. L., Borges, A. K. P., & Ferreira, R. K. A. (2021). Metodologias ativas e o ensino de educação física: uma revisão da literatura. *Revista Observatório*, 7(1), a12pt-a12pt.
- Del- Masso, M.C. S; Araujo, R.C.T. (2008). Necessidades Educacionais Especiais: questões relacionadas ao desenvolvimento do aluno. In: Oliveira, A. S; Omote, S; Giroto, C.R.M. (Org.) *Inclusão Escolar: as contribuições da Educação Especial*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora. p. 65-77.
- do Nascimento, D. E., Abrão, R. K., Quaresma, F. R. P., Soares, K. C. P. C., & Tavares, A. L. (2020). Formação, lazer e currículo: os cursos de Educação Física do Tocantins. *LICERE-Revista do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer*, 23(2), 342-361.
- Ferreira, R. K. A., & Santos, E. da S. (2021). Breves considerações sobre a documentação pedagógica. *Research, Society and Development*, 10(9), e15010917782. <https://doi.org/10.33448/rsd-v10i9.17782>
- Ferreira, R. K. A., & da Silva Santos, E. (2021). Breves considerações sobre a documentação pedagógica. *Research, Society and Development*, 10(9), e15010917782-e15010917782.
- Freire, P (1996). *Pedagogia da Autonomia*. Paz e Terra.
- Gadotti, M. (2010). *Qualidade na Educação: Uma Nova Abordagem*. Editora e Livraria Instituto Paulo Freire.
- Jannuzzi, G. M. (2004). Algumas concepções de educação do deficiente. *Rev. Bras. Cienc. Esporte*, 25(3), 9-25.
- Jannuzzi, G. M. (2006). *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI* (2a ed.). Autores Associados.
- Kassar, M. de C. M. (2011). Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. *Educar em Revista*, 41, 61-79.
- Kassar, M. de C. M. (2012). Educação especial no Brasil: desigualdades e desafios no reconhecimento da diversidade. *Educ. Soc.*, 33(120), 833-849.
- Mantoan, M. (2003). *Inclusão Escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* Moderna.
- Mantoan, M. et al. (2007). *Inclusão escolar*. Summu.
- Marconi, M. A.; & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. (5a ed.). Atlas.
- Mazzotta, M. J. S. (1996). *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. Cortez.
- Mazzotta, M. J. S. (2001). Educação Especial no final do século XX (pp. 245-250). In Brasil, Comissão de Educação, Cultura e Desporto. *Desafios para o século XXI: Coletânea de textos da 1ª Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto*, Brasília, DF: Centro de Documentação e Informação, Coordenação de Publicações.
- Novak M. F. C. (2015). *A importância da acessibilidade e inclusão de deficientes físicos nas escolas*, Irati.
- Odeh, M. (2000). O atendimento educacional para crianças com deficiências no hemisfério sul e a integração não-planejada: implicações para as propostas de integração escolar. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Faculdade de Filosofia e Ciências, 6, 27-42. UNESP.
- Oliveira Santana, M. D., Machado Silva, A. P., Carvalho de Araújo, B., & Abrão Ferreira, R. K. (2021). Conhecimentos e práticas de lazer: uma perspectiva de trabalho e saúde. *Linhas Críticas*, 27, e35146. <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.35146>
- Oliveira, R. M., Santana, T. P., & Ferreira, R. K. A. (2021). A aplicação dos princípios da Bioética no Ensino Superior. *Revista Eletrônica PESQUISEDUCA*, 13(30), 619-632.
- Prieto, R. G. (2010). Políticas de inclusão escolar no Brasil: sobre novos/velhos significados para educação especial. In E. G. Mendes, & M. A. Almeida (Org.). *Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva* (pp. 61-78). Araraquara, SP: Junqueira & Marin.
- Rebello, A. S., & Kassar, M. de C. M. (2018). Indicadores educacionais de matrículas de alunos com deficiência no Brasil (1994-2014). *Est. Aval. Educ.*29(70), 276-307.
- Rebello, F. (2004). Contribuições da ergonomia no desenvolvimento de um sistema para apoio à colocação ou recolocação profissional de pessoas com deficiência. In: OMOTE, Sado. *Inclusão intenção e realidade*.
- Ribeiro, M. L. S. (2003). *História da educação brasileira: a organização escolar* (18a ed. rev. e ampl.). Autores Associados.
- Rodrigues, D. (2005). *Questões preliminares sobre o desenvolvimento de políticas de Educação Inclusiva*. Artigo. 2008.
- Sassaki, K. R. (1997). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. WVA.

Severino, A. J. (2007). Metodologia do Trabalho Científico. Cortez.

Schimer, Carolina R. [et. al.]. (1997). Deficiência Física. MEC/SEESP.

Schwartz, S., Vieira, M. A., & Abrão, R. K. (2022). Um olhar sobre as novas diretrizes sobre a formação de professores. *Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento*, 11 (7), e24211730087. <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.30087>

Schwartz, S., Vieira, M. A., Rodrigues, A. C. S., & Ferreira, R. K. A. (2020). Estratégias para o trabalho com textos na universidade. *Research, Society and Development*, 9(8), e790986209. <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.6209>

Silva, A. P. M., de Araújo, B. C., Santana, M. D. O., & Ferreira, R. K. A. (2021). Estratégias docentes na transição do ensino presencial para o ensino remoto. *Humanidades & Inovação*, 8 (44), 63-72.

Silva, S. C.; Dessen, M.A. (2014). Relações familiares na perspectiva de pais, irmãos e crianças com deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, (20), 421-434.

Tavares, A. L., Quixabeira, A. P., de Araújo, B. C., & Abrao, R. K. (2021). Notas sobre a relevância dos jogos populares na educação física na infância. *RECIMA21-Revista Científica Multidisciplinar*, 2(7), e27526-e27526.

Teixeira, A.M., & Copetti, J. (2020). O contexto da formação docente para o atendimento educacional especializado. *Res., Soc. Dev.*, 9(3), e85932473, 1-16. <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v9i3.2473>

Unesco (1994). Declaração de Salamanca: sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca. Acesso em 05 mar. 2020, em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>

Unesco (1998) Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, 1990. Unesco. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000086291>

Vieira, M. A., de Lima Junior, A. M., & Ferreira, R. K. A. (2021). Um olhar sobre a experiência da gestão do Programa Mais Educação como possibilidade futura para delineamento de novos projetos de Educação Integral no Brasil. *Facit Business and Technology Journal*, 1(29).

Vitaliano, C. R.; Manzini, E. J. (2010). A formação inicial de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. In: Vitaliano, C.R. Formação de professores para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. Londrina: Eduel,